

**A MULHER GESTORA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
BENEDITA PEREIRA BRASIL: LUTAS E DESAFIOS***THE WOMAN MANAGER IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION
BENEDITA PEREIRA BRASIL: STRUGGLES AND CHALLENGES*¹Elaine Pinto Sousa²Ana Paula Palheta Santana¹Instituto Federal do Pará. E-mail: elainestm1964@gmail.com
ORCID: 0000-0002-3334-7938²Instituto Federal do Pará. E-mail: appalheta@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-5568-7976

Artigo submetido em 02/05/2023, aceito em 22/09/2025 e publicado em 07/10/2025.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória profissional da gestora Benedita Pereira Brasil, na Educação Profissional da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, no município de Santarém/PA. A pesquisa foi realizada sobre a trajetória de Benedita Pereira Brasil, com base em entrevistas com quatro gestores educacionais que participaram de seu itinerário profissional, utilizando metodologia baseada na História de Vida com abordagem qualitativa. A análise do corpus da pesquisa foi conduzida por meio da Análise Textual Discursiva. O processo de análise das narrativas dos participantes foi organizado em duas categorias principais: lutas e desafios. Os resultados evidenciam que Benedita Brasil exerceu significativa liderança, embora desconhecesse a dimensão do impacto de seu trabalho e como suas experiências seriam ressignificadas pelos gestores participantes. Observou-se convergência entre os relatos quanto à sua capacidade de articular a escola com a comunidade e sua firmeza diante das barreiras de gênero, embora houvesse divergências em relação à percepção do impacto de suas práticas pedagógicas. Sua trajetória consolidou-se como marco na memória educacional local, contribuindo para a valorização da Educação Profissional e para os estudos sobre gestão escolar e gênero na Amazônia.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; história de vida; mulher gestora; trabalho; gênero.

Abstract: This article aims to provide a detailed analysis of the professional trajectory of Benedita Pereira Brasil, a leader in Vocational Education at Escola Júlia Gonçalves Passarinho in Santarém, Pará, Brazil. The study examined the professional journey of Benedita Pereira Brasil, drawing on interviews with four educational administrators who had worked alongside her throughout her career. The research followed a qualitative Life History approach, focusing on how her experiences were interpreted and remembered by her colleagues. The research corpus was analyzed through Discursive Textual Analysis. The narratives of the participants were organized into two main categories: struggles and challenges. The findings reveal that Benedita Brasil exercised significant leadership, even though she was initially unaware of the full impact of her work or how her experiences would be interpreted and valued by the participating managers. There was a clear consensus among the participants regarding her ability to connect the school with the wider community and her resilience in facing gender-

related barriers, although perceptions differed concerning the effect of her pedagogical practices. Her career has become a landmark in the local educational memory, contributing to the recognition of Vocational Education and advancing studies on school management and gender issues in the Amazon region.

Keywords: vocational and technological education; life history; female administrator; work; gender.

1 INTRODUÇÃO

A História da Educação Profissional no Brasil é marcada por diversas transformações e mudanças em sua estrutura organizacional, sobretudo por ser a modalidade de ensino responsável pela formação de homens e mulheres para o desenvolvimento do trabalho no regime capitalista.

Esse processo se iniciou com as primeiras escolas técnicas em 1909, que visavam formar os chamados “desvalidos: ex-escravos, cegos, surdos, loucos e órfãos”, que não tinham como garantir sua subsistência (Tavares, 2012). Durante o governo de Nilo Peçanha, foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices por meio do Decreto nº 7.566, de 23/09/1909 (Lobato, 2015). Assim, nascia o ensino profissional primário gratuito para atender essa demanda desfavorecida e estabelecia-se a rede federal de educação profissional no país. Assim, consolidava-se a concepção de ensino profissionalizante voltado à classe pobre e trabalhadora, ou seja, o proletariado.

A última etapa da educação básica, atualmente chamada de ensino médio, passou por diversas nomenclaturas, com avanços, retrocessos e legislações reformuladas desde sua implementação. Entretanto, manteve-se sempre atrelada às demandas e interesses da classe dominante e das políticas vigentes, ora sendo propedêutica, ora profissionalizante.

Inclusive, em certos períodos da História do Brasil, o ensino secundário, como foi denominado pela Lei nº 5.692/71, tornou-se profissionalizante e obrigatório a todos os alunos, tanto da rede pública quanto da rede privada (Brasil, 1971). Contudo, a falta de condições materiais, estruturais e financeiras inviabilizou a concretização desse objetivo. “Esta lei ampliou ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres e a distância entre educação profissional e propedêutica” (Tavares, 2012, p. 6). Esse apontamento demonstra que a legislação, em vez de democratizar o acesso, acabou reforçando desigualdades já existentes no sistema educacional.

Em 1982, a Educação Profissional passou por outra reestruturação, deixando de ser obrigatória e tornando-se facultativa. As instituições de ensino passaram a ter autonomia para ofertar o ensino técnico-profissionalizante ou o ensino propedêutico, de acordo com a Lei nº 7.044/82 (Brasil, 1982).

O motivo de apresentar este recorte temporal referente à Educação Profissional no Brasil é destacar que a pesquisa se contextualiza nesse período, no qual vigorava a referida lei, a qual concedia às instituições educativas a autonomia para optar pela oferta de ensino profissionalizante em suas redes.

Nesse panorama, a Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, lócus da presente pesquisa, foi inaugurada em 1984, na cidade de Santarém-Pará, ofertando inicialmente o ensino médio técnico-profissionalizante. Em 2000, a instituição encerrou essa modalidade e passou a oferecer apenas o ensino médio regular, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Nesse cenário, houve a necessidade de uma gestão capacitada, capaz de conduzir o processo de implantação da educação profissional de forma consistente e alinhada às demandas educacionais da época.

Em 1940, na cidade de Alenquer, no Pará, nascia a mulher Benedita Pereira Brasil. Analisando o contexto global, estávamos em meio à Segunda Guerra Mundial, quando o mundo vivia o horror de uma tragédia sem fronteiras. O Brasil, por sua vez, atravessava a Era Vargas¹. Destaca-se que, nesse ano, Getúlio Vargas fez sua primeira visita à cidade de Santarém-PA e, em seu governo, instituiu o salário-mínimo, considerando um avanço para a classe trabalhadora.

¹ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil entre 1930 a 1945.

Já no contexto regional, Santarém ascendia com o plantio da juta, trazida da Índia pelo japonês Kotaro Tuji. Contudo, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e do confisco de bens japoneses, o projeto foi adiado, sendo retomado apenas em 1951, com a ação de Getúlio Vargas, quando se instalou a TECEJUTA, Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta em Santarém (Colares, 1998).

A Educação Profissional no Brasil, por sua vez, vinha passando por diversas transformações desde a sua oficialização em 1909. Nesse momento histórico do nascimento de nossa interlocutora, vigorava a Constituição de 1937, que, segundo Ramos (2014), apresentava indicativos de uma organização sistemática do ensino industrial, sendo a primeira a tratar do ensino técnico, profissional e industrial. É o que se verá a seguir:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A Lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

Nesse contexto de transformações na Educação Profissional, insere-se a trajetória de Benedita Pereira Brasil. Sendo a única filha mulher entre cinco irmãos, filha de um pescador e de uma costureira. Aos 10 anos, mudou-se com a família para Santarém, onde viveu a infância em condições simples, auxiliando a mãe na costura e no trabalho doméstico. Estudou no Colégio Frei Ambrósio, concluiu o Magistério no Colégio São Raimundo Nonato e, em 1984, formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Diferentemente das expectativas sociais da época, não se casou nem teve filhos, reafirmando sua autonomia e priorizando a carreira educacional.

Sua experiência como gestora teve início em 1959, quando assumiu a responsabilidade pela Escola Frei Othmar, que funcionava em um barracão da igreja sob a liderança do frei franciscano Othmar Rollman. Permaneceu nesse espaço até 1986, ano em que foi convidada a assumir a direção da Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, permanecendo na função até 2013, quando se aposentou aos 72 anos de idade.

Benedita Brasil mobilizou muitas conquistas para a educação santarena durante seus 54 anos como gestora, sendo reconhecida pela Câmara de Vereadores e Vereadoras de Santarém, em 1991, com uma homenagem de honra ao mérito. Em 2012, recebeu outra certificação honorífica da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Esses reconhecimentos ratificam sua função enquanto gestora não apenas em âmbito local, mas também estadual, evidenciando sua expertise ao longo de muitas décadas.

Embora tivesse recebido esse reconhecimento, sua história e sua memória permaneceram pouco registradas no cenário educacional para o qual tanto contribuiu, tornando necessária a materialização de algo que desse visibilidade e imortalizasse suas lutas e desafios. Para atender a essa necessidade, a pesquisa culminou na produção de um videodocumentário, que teve como protagonista Benedita Brasil e contou também com a participação de quatro gestores e gestoras educacionais, os quais, a partir de suas memórias, resgataram momentos vividos com ela, especialmente relacionados à educação e à sua atuação profissional.

Portanto, este estudo tem como objetivo principal analisar a trajetória profissional da gestora Benedita Pereira Brasil, na Educação Profissional da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, no município de Santarém/PA, destacando suas lutas, conquistas e desafios no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, preservando e evidenciando a sua história de vida por meio das narrativas dos gestores e gestoras que com ela conviveram.

Após essa introdução, o artigo organizou-se nas seguintes seções: Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussão e Conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E EM SANTARÉM-PARÁ

A trajetória de Benedita Pereira Brasil como gestora educacional foi marcada por desafios que dialogam diretamente com a realidade da Educação Profissional no Brasil e em Santarém. Compreender sua história de vida profissional requer analisar não apenas sua atuação individual, mas também os processos históricos mais amplos que configuraram esse campo educacional, fornecendo contexto para interpretar suas decisões e conquistas.

Tendo em vista o processo analítico no qual a pesquisa foi desenvolvida, torna-se necessário conhecer, antes de tudo, como se deu a educação profissional e tecnológica no Brasil e em Santarém, considerando o contexto histórico da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, na década de oitenta, quando ela iniciou a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes em Contabilidade, Administração, Magistério e Ciências Humanas, todos em nível de segundo grau, à época denominado assim e atualmente correspondente ao ensino médio. Quanto a esse nível de ensino, Kuenzer (2009) destaca que ele é o mais difícil a ser enfrentado em termos de estruturação e organização, devido à sua própria natureza intermediária entre o ensino fundamental e a educação superior, sendo, conseqüentemente, necessário compreender a sua construção.

No cenário nacional, a Educação Profissional no Brasil tem origem em 1909, com a criação de instituições voltadas para a formação de aprendizes e artífices, destinadas a atender jovens “desvalidos e marginalizados” que viviam à margem da sociedade (Kuenzer, 2009). Merecem destaque, ainda, alguns marcos históricos importantes para a consolidação dessa modalidade ao longo do século XX, conforme Ramos (2014) e Moura (2007):

1909 - o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, mantidas pela União e destinadas a jovens pobres e humildes (Brasil, 1909);

1931 - na Reforma Educacional de Francisco Campos, foi criado o Conselho Nacional de Educação e efetivada uma reforma educacional;

1934 - a Constituição Brasileira criou o Plano Nacional de Educação, vinculando recursos à área;

1937 - a nova Constituição apresentou indicativos para uma organização sistematizada do ensino industrial (Brasil, 1937);

1942 - com a Reforma Capanema, promulgou-se a Lei Orgânica do Ensino Secundário, abrindo espaço para a implantação do Sistema S;

1959 - o Decreto nº 47.038 definiu as Escolas Técnicas da rede federal, ampliando sua autonomia administrativa;

1961 - a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garantiu equivalência entre os cursos de segundo grau propedêutico e profissionalizante, permitindo acesso à universidade;

1971 - a Lei nº 5.692 tornou obrigatória a profissionalização para todos os alunos do segundo grau, em instituições públicas e privadas;

1982 - a Lei nº 7.044 extinguiu a obrigatoriedade da profissionalização, tornando-a facultativa;

1996/2008 - a nova LDB (1996) incluiu um capítulo específico sobre Educação Profissional, ampliado em 2008, quando a maior parte dos CEFETs foi transformada em Institutos Federais.

Percebe-se, portanto, que a trajetória da Educação Profissional no Brasil foi marcada por sucessivas reformas legais e estruturais, sempre relacionadas às demandas do mercado e aos interesses da classe dominante. Essa modalidade consolidou-se como espaço voltado majoritariamente à formação da classe trabalhadora, refletindo as tensões históricas entre educação propedêutica e educação profissionalizante.

No município de Santarém (PA), a Educação Profissional também apresenta uma trajetória particular, marcada pela forte influência da Igreja Católica desde o período colonial. Segundo Colares (2005, p. 22), “Santarém foi uma aldeia fundada pelos jesuítas, em seu

processo de povoamento e estruturação social”, mantendo, portanto, a presença religiosa na organização do ensino local. Amorim (2022) complementa que a cidade é considerada a mais antiga do Pará pelo seu patrimônio arqueológico e número de habitantes desde o período paleolítico.

Entre os principais marcos da Educação Profissional em Santarém, destacam-se (Colares, 2005; Fonseca, 2015):

1939 - as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição criaram uma escola mista e implementaram o curso Normal, frequentado apenas por mulheres;

1948 - foi instalada a Escola Técnica de Comércio do Baixo Amazonas Rodrigues dos Santos, mantida pela Associação Comercial de Santarém;

1960 - as Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo fundaram o Ginásio Normal São Raimundo Nonato, com oferta de curso para ambos os sexos;

1962 - o governo do Estado inaugurou o Colégio Álvaro Adolfo da Silveira, com cursos de Magistério, Técnico Comercial e Científico;

1974 - criação da Escola Plácido de Castro, com cursos profissionalizantes em nível de segundo grau;

1981 - inauguração da Escola Felisbelo Jaguar Sussuarana, também voltada à formação técnica;

1984 - fundação da Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, destinada a atender estudantes das periferias da cidade.

De acordo com Fonseca (2015), o crescimento demográfico de Santarém foi um dos fatores que impulsionou a expansão da rede escolar. Entre 1970 e 1980, a população praticamente dobrou, passando de 51.123 para 101.504 habitantes, o que contribuiu para a necessidade de novas instituições educacionais. Nesse contexto, a criação da Escola Júlia Gonçalves Passarinho foi decisiva, oferecendo cursos técnicos em Administração, Contabilidade, Ciências Biológicas e Magistério.

Essa retrospectiva da Educação Profissional em Santarém foi delimitada até o ano de 1984, marco da inauguração da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, local de trabalho da interlocutora da pesquisa, Benedita Pereira Brasil, durante 27 anos, sendo 14 deles dedicados à gestão na educação profissional. Entretanto, com a promulgação da nova LDB em 1996, ocorreu a reformulação do ensino médio e, no ano 2000, formou-se a última turma de ensino médio profissionalizante na Escola Júlia Passarinho.

Somente anos depois, em 2010, com a inauguração do Instituto Federal do Pará, Campus Santarém, fruto da regulamentação da Educação Profissional instituída pelo governo Lula e, posteriormente, em 2017, com a criação da Escola Estadual Técnica (EETEPA), a cidade voltou a contar com instituições públicas voltadas para a Educação Profissional.

Embora atualmente existam apenas essas duas instituições que ofertam educação profissional pública à classe trabalhadora de Santarém, realidade que não atende às necessidades da população de 331.942 habitantes (IBGE, 2022), o intervalo de quase uma década entre o encerramento dos cursos na Escola Júlia e a chegada do IFPA evidencia um apagão na profissionalização gratuita dos jovens trabalhadores, comprometendo a inserção desses jovens no mundo do trabalho e limitando suas possibilidades de prosseguimento nos estudos. Assim, mesmo com a existência de duas instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Santarém ainda necessita ampliar a oferta de vagas, garantindo uma educação pública de qualidade, integrada, politécnica e omnilateral.

Assim, esse breve histórico da Educação Profissional, articulado com as especificidades de Santarém, não é apenas um levantamento cronológico, mas um referencial necessário para compreender o espaço em que Benedita Pereira Brasil exerceu sua gestão.

2.2 MULHER NA GESTÃO EDUCACIONAL

Para iniciar um debate sobre a mulher na gestão, é necessário evidenciar que a função feminina nos cargos de professoras no magistério sempre foi ampla, principalmente por ser construída ao longo da história com o estereótipo de ser uma “vocação natural da mulher”,

comparado a uma função de cuidadora, protetora, alguém dotado de paciência, obediência e carinho, portanto, características “maternas” e que moralmente o homem não deveria assumir essa função de ensinar meninas, como enfatizam Almeida e Severino (1996). Essa construção histórica reforça o lugar da mulher como responsável pelo cuidado, mas, ao mesmo tempo, limita suas possibilidades de atuação em outros espaços de poder e decisão dentro da educação.

Entretanto, quando o assunto é gestão, as mulheres, mesmo sendo maioria, delegam aos homens o poder de administrar os espaços escolares, além de enxergarem como natural que eles estejam nos postos estratégicos da macroestrutura administrativa, e elas não (Freitas, 2017). Esse dado evidencia que a desigualdade de gênero no campo educacional não está apenas no acesso, mas na forma como o poder é distribuído dentro da instituição escolar, revelando permanências de um modelo patriarcal de organização.

Dessa forma, o caminho que leva a mulher ao cargo de gestora é cheio de obstáculos, pois culturalmente a sociedade legitima que cargos de gestão, de comando e de chefia devem ser direcionados a homens, seja por questões estruturais, seja por desconfiança acerca da competência para realização da função. Esse cenário está em sintonia com o que afirma Scott (1995), ao destacar que o gênero é uma categoria de análise que organiza as relações de poder e mantém as hierarquias entre homens e mulheres.

As justificativas para um e outro caso são trazidas por Santana (2021). Para a autora, mulheres que ocupam funções de gestão estão mais sujeitas a sofrerem com os estereótipos no ambiente da liderança. As mulheres em cargos de gestão possuem uma responsabilidade ainda maior por serem discriminadas e rotuladas como “mandonas”, “grosseiras” e com “tensão pré-menstrual” (TPM). Essas narrativas, que desqualificam a mulher em função de sua condição biológica, são exemplos daquilo que Bourdieu (2002) denominou de violência simbólica, uma forma de dominação que se perpetua de maneira naturalizada.

Esses aspectos só afirmam que culturalmente a sociedade aceita que o cargo de gestor seja destinado ao homem. A mulher gestora, inserida nessa cultura organizacional de força e poder patriarcal, terá em sua trajetória marcas de lutas e desafios. Nesse sentido, é importante compreender, como aponta Louro (1997), que a escola também é um espaço de disputas de gênero, em que as mulheres, ao ocuparem a gestão, questionam práticas excludentes e constroem novas possibilidades de atuação.

Nesse cenário, em diálogo com pesquisas nacionais sobre gestão escolar e EPT, este estudo aproxima-se das análises de Lück (2009) sobre dimensões da gestão que articulam liderança pedagógica e participação, bem como das reflexões de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) acerca das contradições do ensino médio integrado e da centralidade do trabalho e do território na EPT. Além disso, pesquisas recentes têm mostrado como a criação de núcleos de gênero em instituições da Rede Federal e o desenvolvimento de competências gerenciais se tornam estratégias para enfrentar estruturas historicamente masculinizadas (Rocha; Mendes, 2021).

2.3 LUTAS: SITUANDO O CONCEITO

O Capital: Crítica da Economia Política é a obra revolucionária do pensamento político, econômico e social escrita por Karl Marx em 1867. Nela, ele descreve que toda a história é uma história de lutas: lutas pelo poder, por direitos, entre classes que sempre estiveram em evidência, como a burguesia e o proletariado. Para Marx, a luta de classes seria o motor das mudanças e transformações sociais, sendo uma categoria central para compreender os processos históricos.

Se Marx tivesse dito (e creio que não disse) que a “luta de classes é o motor da história”, não teria querido dizer que a luta de classes se havia, de alguma forma, transmudado numa locomotiva a vapor a puxar os vagões da história. A afirmação é de ordem do “como se”: podemos conceber a história da sociedade como se fosse puxada pela energia (motor, máquina) da luta de classes. As analogias podem ser boas ou más, mas o que eu estou pretendendo mostrar é que elas servem para efeitos de explicação ou ilustração (Thompson, 2009, p. 145).

Essa leitura reforça a ideia de que a história não pode ser compreendida sem considerar os conflitos e disputas que a estruturam. No caso das mulheres, suas lutas também expressam enfrentamentos de classe, mas atravessados por gênero, raça e outras dimensões sociais.

Uma das principais lutas das mulheres sempre foi a do acesso à educação. No Brasil, Nísia Floresta foi pioneira ao levantar a bandeira em defesa dos direitos das mulheres: liberdade e igualdade. Publicou vários livros, todos abordando a marginalização das mulheres em meio a uma sociedade patriarcal. Nos livros *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, Nísia defendia a atuação das mulheres em postos de comando; no *Opúsculo Humanitário*, sustentava que “a educação feminina deveria ser fator de elevação moral, importante para a instrução das mães de família e da sociedade” (Campos, 2011, p. 203). Essa voz inaugura, no Brasil, um movimento de contestação que une luta pela educação e reivindicação de espaços de poder, conectando-se aos desafios enfrentados por Benedita Brasil em sua gestão.

Saffioti (1987) salienta que a luta pela igualdade sexual e a luta pela igualdade racial não são, de nenhuma maneira, lutas específicas, separadas e diferentes das chamadas lutas gerais. Nesta última categoria - a das lutas gerais - coloca-se, infalivelmente, a democracia. Dentro desta perspectiva, as lutas das mulheres devem ser compreendidas como integradas às demais formas de resistência social, incluindo a busca por reconhecimento em posições de liderança.

Mary Del Priore (2004) corrobora os mesmos ideais de lutas. Em suas obras sobre a história das mulheres, ela cita:

A história das mulheres é relacional, inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do ocidente cristão (Del Priore, 2004, p. 8).

A autora evidencia que não há como contar a história geral sem reconhecer a participação das mulheres. Tal perspectiva dialoga com Scott (1995), que aponta o gênero como categoria útil de análise histórica, e com Butler (2003), que discute a performatividade de gênero como prática que desafia normas estabelecidas. Essas contribuições reforçam que a luta das mulheres é também a luta por reconhecimento e visibilidade histórica.

Nesta perspectiva, fica evidente que é necessário conhecer a história das mulheres, os avanços e conquistas, diante de um país em que até o século XIX ainda prevalecia uma sociedade patriarcal e escravocrata. Essas lutas não pertencem apenas ao passado, mas se atualizam no cotidiano das mulheres do século XXI, como consequência de milênios de silenciamento, negação, isolamento e submissão.

2.4 DESAFIOS: BUSCANDO DEFINIÇÕES

Ao se abordar o conceito de desafio, o que vem ao pensamento do leitor é sempre algo relacionado a dificuldades, obstáculos e problemas enfrentados na realização de determinada ação.

No livro *Os Desafios do Feminino Marxista na Atualidade*, organizado por Danilo Enrico Martuscelli (2020), esse conceito tem por finalidade aprofundar e estimular discussões sobre a condição da mulher e a luta de classes. Nele, são abordados os problemas que as mulheres enfrentam a partir das relações patriarcais que atravessaram a história brasileira, vinculando-as à família e a trabalhos desvalorizados (como o doméstico), à desigualdade salarial, à marginalização em papéis econômicos e políticos, além de serem vistas como objeto sexual e reprodutivo. Essas imposições revelam a permanência de estruturas patriarcais que, como aponta Bourdieu (1989), se sustentam por meio da dominação simbólica.

Nesse sentido, Beauvoir (1980) cita que esse discurso afastava a mulher de qualquer atividade que exigisse o intelecto, pois poderia prejudicar sua principal função, que era a reprodutiva, e fazer com que os filhos nascerem deficientes, doentes ou irritáveis. Esse tipo de argumento reforça como a ciência e o discurso médico também foram usados historicamente

para legitimar desigualdades de gênero, limitando o acesso das mulheres ao conhecimento e às profissões intelectuais.

Biroli (2018) destaca que as mulheres sempre desempenharam o papel da criação dos filhos e do cotidiano das atividades domésticas e de cuidado, consideradas sem valor econômico, não remuneradas, impostas pela sociedade como se o maior pagamento fosse ver a família feliz. Essa condição imposta à mulher a torna submissa e dependente do marido. Para a autora, esse trabalho gratuito deixa a mulher sobrecarregada e, como conceitua, é um trabalho não produtivo. Essa análise dialoga com Nancy Fraser (2009), ao discutir a crise dos cuidados como elemento central do capitalismo contemporâneo, e com Nascimento (2021), cuja resenha sobre a obra *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista* de Silvia Federici (2019) destaca como o trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres foi historicamente invisibilizado e explorado.

Os desafios enfrentados pelas mulheres na atualidade são inúmeros, como apontado nos parágrafos anteriores. Eles revelam a persistência de uma sociedade patriarcal que legitima diferentes formas de exclusão: aos homens são concedidos direitos e poderes, enquanto às mulheres são impostos deveres e obrigações domésticas e familiares. Beauvoir (1980, p. 81) usa a expressão “o mundo sempre pertenceu aos machos” para determinar como é essa relação de poder e dominância concedida aos homens e o tratamento inferior dado às mulheres. Nesse mesmo sentido, Nascimento (2021), ao discutir a leitura de Federici, reforça que mesmo diante de avanços formais de liberdade, as mulheres continuam a ser tratadas como socialmente inferiores, em condições de exploração comparáveis a formas de escravidão.

Dessa forma, o referencial teórico apresentado buscou articular três dimensões fundamentais para esta pesquisa: o contexto histórico da Educação Profissional no Brasil e em Santarém; a condição da mulher na gestão educacional; e os conceitos de lutas e desafios. Essas discussões oferecem a base necessária para compreender a trajetória de Benedita Pereira Brasil, gestora educacional cuja história será analisada a partir do método da História de Vida.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa que culminou na produção deste artigo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Campinense de Ensino Superior (ICES/UNAMA - Universidade da Amazônia), por meio do Parecer nº 5.381.795, sendo conduzida conforme os padrões éticos exigidos para pesquisas com seres humanos.

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, com abordagem fenomenológica hermenêutica. Essa perspectiva, segundo Gil (2010), dá ênfase ao papel do pesquisador e aos horizontes de interpretação, tendo como procedimento a Análise Textual Discursiva (ATD). De acordo com Moraes e Galiuzzi (2016), essa abordagem transita entre a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso, permitindo flexibilidade na interpretação do corpus empírico. A ATD é uma metodologia amplamente utilizada nas Ciências Humanas para análise de textos e discursos (Galiuzzi; Sousa, 2019, p. 1).

A ATD é composta por três etapas: (1) unitarização - fragmentação do corpus empírico em unidades menores para melhor compreensão de seu significado; (2) categorização - estabelecimento de relações entre as unidades de significado, originando categorias; (3) captação de um novo emergente - elaboração de um novo texto, resultante da análise das categorias, conhecido como metatexto.

O objeto da pesquisa foi a gestora da educação profissional Benedita Pereira Brasil, configurando um estudo de caso. Parte de sua trajetória profissional ocorreu na Escola Júlia Gonçalves Passarinho, em Santarém (PA), instituição que ofertou o ensino técnico profissionalizante. Por meio de entrevistas, Benedita narrou momentos que considerou significativos em sua gestão, destacando as lutas e desafios - categorias definidas a priori para orientar a análise. Essas categorias orientaram a investigação para responder à seguinte questão: quais foram as principais lutas e desafios enfrentados por Benedita Brasil na consolidação de sua atuação como mulher gestora educacional?

Para enriquecer a pesquisa, foram convidados mais quatro gestores educacionais que acompanharam a trajetória de Benedita Pereira Brasil. O grupo incluiu: a gestora da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, o gestor da 5ª Unidade Regional de Educação, a Secretária Municipal de Educação e a Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Esses participantes resgataram, em suas memórias, fatos que consideraram importantes para compreender a atuação da gestora.

A Escola Júlia Gonçalves Passarinho oferece atualmente o ensino médio, com aproximadamente mil alunos matriculados por ano. Conta com 19 salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática e multidisciplinar, além de sala de recursos multifuncionais. Entre 1984 e 2000, a escola ofertou cursos técnicos em Administração, Contabilidade, Ciências Biológicas e Magistério, passando a oferecer somente o ensino médio após a LDB de 1996.

Em virtude de todo o exposto, enfatiza-se que a História de Vida constitui a metodologia mais adequada para esta investigação. Como aponta Paulilo (1999), ela é um instrumento essencial na análise da sobreposição entre o que é exterior ao indivíduo e o que se constrói internamente. Esse método permite ao pesquisador acessar diferentes memórias, ao mesmo tempo em que possibilita ao narrador revisitar fatos significativos de sua trajetória e refletir sobre eles. Queiroz (1998) acrescenta que o relato de vida é uma reconstrução de acontecimentos vivenciados, em que o narrador transmite experiências adquiridas e desvela fatos que revelam sua identificação com o grupo social, configurando uma “invenção de si mesmo” fundamentada em eventos reais.

3.1 PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

Para analisar as respostas dos participantes, que constituem o corpus deste estudo, cujo objetivo é compreender a trajetória profissional da gestora Benedita Pereira Brasil, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD). Com o propósito de responder à questão de pesquisa, iniciamos pelo processo de unitarização, buscando enunciados que expressassem fenômenos relacionados aos objetivos do estudo.

Cada entrevista foi transcrita separadamente, numerada e catalogada com um código específico. A participante principal, Benedita Brasil, recebeu o código PB; os demais gestores foram identificados como P1, P2, P3 e P4.

Dando continuidade à explicação da codificação dos participantes, adota-se a sequência composta pelo ano da entrevista e pelo número da página de onde foi retirada a unidade de significado, exemplificando: “P1, 2022, p. 2”, onde lemos que a unidade de significado do participante 1 foi retirada da página 2 da entrevista realizada em 2022. Procedemos dessa forma para possibilitar o retorno à sequência de textos que foram organizados, da qual foi extraída a unidade em função do processo da ATD. Esse procedimento possibilitou a rastreabilidade das falas originais utilizadas na análise.

Após a codificação, realizamos a unitarização, fragmentando os textos em unidades de sentido e reescrevendo-as de modo a assumirem significado completo. Em seguida, passamos à categorização, organizando as unidades de análise em torno de categorias. Optamos por categorias a priori, definidas previamente por nós, em consonância com o método dedutivo (Sousa; Galiuzzi, 2017). Foram estabelecidas duas categorias centrais: lutas e desafios.

A etapa final consistiu na Comunicação, também denominada Metatexto pela ATD, intitulada “Lutas e desafios de Benedita Pereira Brasil”, na qual foram construídas novas sínteses a partir das unidades de análise e categorias da pesquisa. Esse metatexto será apresentado na seção seguinte, referente aos resultados e discussão.

As narrativas dos participantes, apresentadas na seção de resultados, serão destacadas em *itálico*, a fim de diferenciá-las das análises e interpretações da pesquisadora, preservando o estilo e as expressões originais de cada interlocutor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 LUTAS E DESAFIOS DE BENEDITA PEREIRA BRASIL

Em 1950, Benedita chegou com sua família a Santarém, cidade do Interior do Pará, conhecida como Pérola do Tapajós. A cidade recebeu esse nome devido ao início da exploração de ouro no garimpo do Tapajós, embora não fosse o município produtor do metal, mas sim o seu principal comercializador (Colares, 1998). Enquanto isso, a Igreja Católica segundo Colares (1998), liderou a difusão do ensino em Santarém por meio dos padres franciscanos, que difundiam os ideais da filosofia Cristã. Nesse contexto, Benedita foi convidada para ser professora de Catecismo em 1957, a convite de Frei Othmar, franciscano, vigário da catedral de Nossa Senhora da Conceição, e relembra:

Ele me chamou e perguntou onde era minha casa e eu disse. Aí ele disse eu vou construir uma igreja lá perto da sua casa para você ficar pra lá...então eles vieram e foi feito um puxirum aí foi começando a construir, aí cria a primeira igreja em 1958. Quando foi em 1959 começamos a primeira turma de alunos (PB, 2022, p. 01).

É importante clarificar que a igreja foi construída em 1958 como local de catequização, e em 1959 foi implantada a escolarização. Essa responsabilidade pela evangelização e alfabetização era bem expressiva, sendo o resultado da dominação de poder da igreja e preferências religiosas jesuítico-cristãs (Souza, 2009).

Desde a fundação até 1986, a responsabilidade pela Escola Estadual Frei Othmar (que recebe este nome em homenagem ao seu idealizador) ficou sob a gestão de Benedita Brasil. Ao longo desses 27 anos em que esteve à frente, muitas mudanças estruturais ocorreram: o simples barracão transformou-se na Paróquia do Santíssimo Sacramento, e a escola ganhou um outro espaço, tendo sido modificada e atualmente conta com 13 salas de aula.

Este preâmbulo foi necessário para localizar Benedita Brasil em seu contexto histórico, político e social até o tempo em que ela assumiu a gestão da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, em 1986, instituição que surge para ofertar o ensino profissionalizante e atender à demanda de profissionais de que o mercado necessitava. Em sua narrativa memorial, ela destacou: “O município criou para ajudar, porque já tinha O Rodrigues dos Santos, já funcionando no centro da cidade, então para ir o povo daqui para lá era difícil, mas o maior número de alunos era da comunidade”. (PB, 2022, p. 19)

Embora PB não tenha explicitado, em sua fala, que a educação profissional se destina prioritariamente aos filhos da classe trabalhadora, a própria implementação de escolas profissionalizantes em áreas periféricas da cidade evidencia um desenho territorial da EPT orientado às margens urbanas. Tal configuração reafirma a vocação histórica da educação profissional em contemplar os filhos dos trabalhadores, já que esses estudantes, em sua maioria, não residiam nos centros comerciais ou em bairros nobres, mas sim nas periferias.

A Lei nº 7.044/82 entrou em vigor retirando a obrigatoriedade do ensino técnico nas escolas. Segundo Manfredi (2002), essa medida foi a solução encontrada para resolver a falta de estrutura das instituições de segundo grau, sobretudo das públicas, que não tinham condições de implementar a profissionalização compulsória. Isso porque a Lei nº 5.692/71 não se consolidou como uma política pública efetiva de ensino. A imposição do regime militar de profissionalizar, de forma obrigatória, todos os alunos do segundo grau revelou-se um fracasso, o que levou à revogação desse modelo.

Benedita Brasil chegou à Escola Júlia Passarinho em 1986. Não deixou para trás os 27 anos de trabalho que carregava consigo, mas modestamente os guardou na memória, utilizando-os como experiência. Esses aprendizados foram os degraus necessários que a direcionaram na tomada de decisões nessa nova trajetória, que acabara de iniciar ali. Ela relutou diante dessa mudança, pois não era fácil aceitar a despedida e deixar o lugar onde trabalhou por tanto tempo sem um último adeus. Eis uma narração que destaca essa conversão em sua trajetória e o incentivo da gestora da 5ª Unidade Regional para que aceitasse a mudança:

Quando foi um dia a professora Ivete disse que eu iria para o Júlia, aí eu fiquei, não dei resposta nenhuma, quando foi no outro dia, a professora Ivete ela ligou e disse que ela era a diretora da URE e que era para eu ir pra lá... ela já tinha conversado com o secretário de educação para mim ficar lá, só que eu tinha que me apresentar em dois dias, aí eu fui para lá,

não deu tempo de reunir... ela pediu para que eu escolhesse alguns professores também, bons professores para convidar e levar para lá, aí eu fui. (PB, 2022, p. 17)

Benedita sabia que tinha um desafio e buscou pessoas que pudessem estar com ela nesse novo horizonte, pessoas também competentes, que aceitaram partir para uma escola que tinha, em sua essência, a profissionalização do jovem do segundo grau da classe trabalhadora. Essa modalidade se expandiu na década de 1980, como destaca Kuenzer (2009), mas não foi o suficiente e alcançou somente 25% da população entre 15 e 19 anos.

A Escola Júlia Gonçalves Passarinho foi inaugurada em 4 de setembro de 1984. De seus cursos saíram profissionais que se destacaram em suas carreiras; entre eles, o atual gestor da 5ª URE (egresso do curso técnico em Administração) e a atual reitora da UFOPA (egressa do curso técnico em Magistério), ambos entrevistados e participantes dessa pesquisa. Benedita relembra que, naquele período, havia forte pressão por vaga.

Nós tínhamos os cursos de contabilidade, administração, magistério, e Ciências Humanas. Aí começamos a formar as turmas. Cada vez apareciam mais alunos e não tinha vaga, nós tínhamos turma de sessenta alunos no primeiro ano... A professora Ivete disse: não Benedita o intermediário é ruim, mas eu disse que tinha muito aluno então ela se comunicou com Belém e autorizaram e logo depois mandaram construir aquelas salas lá de trás (PB, 2022, p. 18).

A fala da participante corrobora a análise de Ramos (2014), ao evidenciar que as pessoas da classe trabalhadora buscavam os cursos técnicos em nível de segundo grau como forma de adquirir capacitação para se profissionalizar em determinada área e, assim, começar imediatamente a trabalhar.

As memórias que Benedita guarda dos momentos que selecionou para destacar mostram que o passado não está totalmente esquecido. Ela acaba atualizando a pessoa a retornar a este passado, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (Le Goff, 1996).

O maior desafio destacado por Benedita era um problema social: a criminalidade e a violência adentravam os muros da escola. Jovens se organizavam nas chamadas gangues e permaneciam dentro da escola, gerando medo e insegurança. Diante dessa situação, ela precisou pedir apoio da polícia, o que resultou na construção de um PM box em frente à escola, autorizado pelo governador Alacid Nunes, como narrado por ela:

Eu acho que o desafio que eu... não tenho do que me queixar. A única coisa que eu achei mais difícil foi trabalhar com as gangues, né? Eles chegavam na escola, sentavam lá naquela sala, ali para banda da biblioteca, eles ficavam lá a gente ia lá e eles ficavam sentados o tempo todo lá, aí teve um dia que eu dei bom dia e eles responderam, porque todo mundo tinha medo deles me agredirem (PB, 2022, p. 20);

Foi por muito tempo que as gangues frequentaram o Júlia, mas eu tinha muito apoio da polícia. Ah! E quando o Alacid esteve aí, não o pai do Helder, o Jader, ele mandou aquele box, porque era muita gangue (PB, 2022, p. 12).

Aqui, vê-se uma gestão que mobiliza redes externas (polícia, governo estadual) para garantir o direito à educação, o que amplia a noção de gestão escolar para além dos muros da instituição.

Ao assumir um cargo de liderança, Benedita enfrentou barreiras de gênero típicas de uma sociedade machista e sexista, como a resistência de homens em aceitar a autoridade de uma mulher e a expectativa de que o papel feminino se limitasse aos cuidados domésticos. Essa visão conservadora ainda persiste em nossa sociedade, pois, durante muitos séculos a função de liderança foi essencialmente de dominação masculina, já que os homens eram considerados como os únicos corretos e competentes (Bourdieu, 2002).

Benedita Brasil, contudo, subverteu essa lógica. Suas escolhas pessoais - não se casar, não ter filhos, trabalhar como gestora e ser totalmente independente financeiramente - representaram um rompimento com os atributos que definiam a identidade feminina de sua época. Ao invés de ser medida pelo casamento ou pela maternidade, construiu sua trajetória a partir de sua atuação profissional e social. Ainda assim, cultivou laços afetivos e de cuidado ao acolher sobrinhos em sua casa, demonstrando que a experiência de cuidado pode ser

ressignificada fora do modelo familiar tradicional. Assim, sua vida se configura como um ato de resistência frente às normas de gênero, afirmando a possibilidade de outras formas de ser mulher e de exercer liderança.

Benedita demonstrou, em diversos momentos de suas narrativas, que não tinha medo dos desafios, enfrentava-os com a garra de uma mulher empoderada que vivenciou o período de silenciamento e opressões femininas, que sentiu a necessidade de buscar a liberdade e igualdade de direitos, como destaca Biroli (2018). Benedita buscou ainda na adolescência seu espaço enquanto mulher trabalhadora, dedicando-se à sua trajetória profissional com lutas e desafios, adaptando-se às circunstâncias e vivendo em constante metamorfose como gestora educacional. As narrativas dos gestores entrevistados deixaram evidentes essas características, ressaltando sua força, determinação e resiliência.

Esse reconhecimento aparece claramente nas falas dos gestores entrevistados, como ilustra a narrativa: *“Durante todos esses 54 anos que ela esteve à frente dessas duas escolas, eu penso que o maior desafio que ela enfrentou foi realmente se reinventar”* (P1, 2022, p. 2). Outra gestora destaca que recorre a comportamentos e estereótipos masculinos para desempenhar seu trabalho, e estes foram aprendidos com a gestora Benedita Brasil:

Hoje eu vejo a dificuldade que ela teve de gestão e de administrar um grupo grande de professores e de se manter firme e respeitada. Hoje até como gestora, eu percebo as dificuldades que as mulheres enfrentam e o do porquê que ela tinha aquela fisionomia sempre muito séria, pois, para você respeitar uma mulher no posto de gestão, o sorriso acolhedor, aquela gargalhada, ela não é muito aceita como um posto de respeito. (P2, 2022, p. 2)

A partir das falas das gestoras, é possível perceber a dificuldade no desempenho da função, sendo necessário, por vezes, utilizar uma postura autoritária e agressiva, para ser respeitada como liderança, características essas associadas a estereótipos masculinos. O estereótipo de papel de gênero faz com que as características consideradas femininas sejam vistas como desfavoráveis em relação às masculinas, criando um imaginário de que as mulheres são inábeis para administrar com eficiência (Schein et al., *apud* Santana, 2021)

A entrevista com os demais gestores que transitaram no itinerário profissional de Benedita Brasil ocorreu logo após o seu falecimento. Portanto, o sentimento de perda e saudade ainda era latente, e todos quiseram, naquele momento de filmagem do documentário falar o quanto ela foi uma gestora que procurou desempenhar seu papel de liderança com competência e habilidade.

Nesse sentido, os relatos evidenciam não apenas sua atuação profissional, mas também a marca deixada em seus colegas e na comunidade escolar:

Ela se dedicava dia e noite lá se fosse necessário e isso a presença do gestor da escola efetivamente, diariamente, isso marca muito a vida dos profissionais porque ela era um exemplo, ela era uma profissional exemplar, pessoas respeitavam a Benedita não tão somente pelo cargo que ela exercia mas pela forma como ela desenvolvia o cargo dela na escola, então ela era uma referência pra comunidade e é muito importante quando a gente constrói este marketing positivo na nossa vida profissional porque olha só ela é lembrada, está sendo lembrada hoje e vai ser lembrada daqui a dez, quinze, vinte anos, sei lá para frente, como uma referência positiva, daí a importância de um ser, de fazer este marketing de criar este marketing no decorrer da sua vida profissional, foi isso que a Benedita fez, hoje a gente recorda a Benedita como uma referência positiva na educação (P3, 2022, p. 1);

Outro participante reforça essa lembrança ao narrar:

O meu sucesso começou foi na escola Júlia Passarinho, com ajuda da professora Benedita Brasil que sempre se preocupou com a educação dos alunos da escola, sempre se preocupou com a formação que na época, nós estudávamos administração de empresas (P4, 2022, p. 1).

Isto posto, o ambiente educacional é repleto de memórias e histórias humanas. Nesse espaço, surgem relações afetivas que se consolidam e permanecem por longos anos; amizades são construídas e momentos se eternizam. Como afirma Nora (1993, p. 9), “a memória é a vida,

sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.”

Para ilustrar essa dimensão da memória no campo educacional, destacamos a fala de uma das participantes, que atuava como gestora da 5ª URE em 2013. Ela relembra a dificuldade de anunciar a aposentadoria de Benedita e a forma como essa situação acabou acontecendo de maneira inesperada:

Eu estava na URE quando chegou a notícia de que Benedita estava aposentada, aí como chegar para ela, não é? e dizer que ela a partir daquele momento não precisava ir mais para a escola Júlia. Coube a mim esta responsabilidade...aí nos juntamos e eu cheguei a dizer olha eu quero te dizer que eu estou te expulsando de lá do Júlia. Ela disse que nem adianta fazer isso porque eu vou continuar sempre amando esta escola, servindo a esta escola. Eu digo, pois, é, mas a partir de agora você não tem mais a responsabilidade de estar aqui no dia a dia cumprindo horário...você vai ser sim uma pessoa que vai ser lembrada eternamente por tudo que você fez nesse educandário. Então, parabéns por tudo isso, pela pessoa que você é, pela profissional que você é! Aí a gente encerrou neste bom lance lá na Bom Pão (P3, 2022, p. 2).

Essa última fala da P3 foi trazida para evidenciar a forma como Benedita Pereira Brasil recebeu a notícia de sua aposentadoria: uma mulher que desenvolveu sua função com altivez e determinação, tornando-se referência na educação santarena. Esse reconhecimento também se manifestou em vida, quando ela recebeu os prêmios de honra ao mérito da Câmara de Vereadores do município de Santarém e da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA).

A eficiência da gestora Benedita Pereira Brasil também se evidencia quando se analisa o contexto atual da educação santarena, na qual gestores formados por ela alcançaram o topo hierárquico da gestão educacional, como a reitoria de uma universidade pública Federal e o outro na direção de uma Unidade Regional de Ensino da rede estadual.

A comunidade escolar igualmente reconhece a importância da mulher gestora da classe trabalhadora, Benedita Pereira Brasil, especialmente quando o videodocumentário de sua trajetória profissional foi exibido, causando impacto, surpresa e admiração no grupo de funcionários da escola Júlia Passarinho. Ao assistirem, puderam conhecer o trabalho que ela desenvolveu, suas lutas e desafios e, sobretudo, compreender o quanto foi significativa sua atuação na formação de outros gestores educacionais

Ao analisar as falas das participantes, é possível identificar pontos de convergência e divergência que contribuem para compreender a trajetória de Benedita Pereira Brasil como gestora. No campo das convergências, observa-se que P1 e P3 destacam a dedicação incansável de Benedita ao trabalho, ressaltando sua capacidade de “se reinventar” e de ser “uma referência positiva na educação”. P2, por sua vez, também converge ao reconhecer a firmeza e a postura séria de Benedita como necessárias para conquistar respeito em um ambiente marcado por desafios de gênero. Já P4 enfatiza a importância do apoio pessoal e da preocupação de Benedita com a formação dos alunos, lembrando que seu sucesso profissional teve início na escola Júlia Passarinho com a orientação da gestora.

No campo das divergências, nota-se que, enquanto P1 e P3 ressaltam o caráter exemplar e quase inabalável da liderança de Benedita, P2 aponta que essa firmeza estava associada à adoção de posturas tradicionalmente masculinas, como a seriedade e a rigidez, para garantir respeito. Essa percepção difere da visão de P4, que recorda uma gestora atenta e cuidadosa com a formação dos estudantes, revelando uma faceta mais acolhedora e próxima dos alunos. Assim, as falas revelam diferentes dimensões da liderança de Benedita: de um lado, a gestora firme, exigente e respeitada; de outro, a mulher sensível às necessidades da comunidade escolar e preocupada com a formação integral de seus estudantes.

Essa variedade de percepções mostra que a liderança feminina no ambiente educacional assume diferentes formas, sendo marcada por elementos históricos, sociais e de gênero. Esses fatores interferem tanto na maneira como as mulheres exercem suas funções de liderança quanto na forma como são vistas e avaliadas por aqueles que as cercam.

5 CONCLUSÕES

Chegamos ao final da pesquisa com a compreensão de que Benedita Pereira Brasil, ao ser instigada a responder quais eram seus principais desafios e lutas na educação profissional, problematizou apenas um, que considerava o mais significativo em sua trajetória enquanto gestora: manter a escola segura diante da violência que havia na cidade de Santarém. Nós, enquanto equipe de pesquisa, havíamos levantado diversas hipóteses sobre as possíveis barreiras que ela teria enfrentado, sobretudo em relação aos estereótipos de gênero que atribuem ao sexo masculino características de liderança em cargos de gestão.

A gestora não destacou outros desafios em sua trajetória profissional. Tal ausência pode ser compreendida à luz do contexto histórico em que cargos de liderança ocupados por mulheres são permeados por preconceitos, sobretudo decorrentes de concepções machistas e patriarcais que subjugam a competência feminina, classificando-a como inadequada para espaços de poder. Ela afirmou que não se sentiu ameaçada ou oprimida, mesmo diante de um cenário histórico marcado pela invisibilização das mulheres. Vale ressaltar que solicitou a retirada da categoria “opressão” do título da pesquisa, por não se sentir contemplada por esse adjetivo; conforme seu desejo, o termo foi retirado.

A literatura retrata que a opressão às mulheres era intensa e que os movimentos feministas se consolidaram a partir da década de 1980, com a luta por pautas que fortaleceriam a justiça social e os direitos humanos. As mulheres começaram a ganhar mais espaço e visibilidade na sociedade, ampliando a busca por igualdade de gênero.

Os dados desta pesquisa mostraram a existência de estereótipos considerados masculinos na postura de Benedita Brasil ao liderar a escola profissionalizante; segundo uma interlocutora, ela demonstrava seriedade em suas ações e não apresentava um sorriso acolhedor, por vezes defendido como necessário ao cargo de gestora.

A sociedade ainda legitima que a mulher no poder cause estranheza e desconforto, uma vez que a gestão é frequentemente atribuída ao homem, a quem historicamente foi concedido o poder, e se supõe que estereótipos tidos como masculinos: autoridade, agressividade, objetividade, sejam suficientes para liderar. É como se tais características fossem, de fato, as corretas para assegurar respeito e admiração e para desenvolver um trabalho colaborativo e em equipe, de forma democrática, sendo este o modelo de gestão que apresenta melhores resultados.

A sociedade ainda carrega traços autoritários; apesar das lutas e dos movimentos feministas que buscam essa mudança estrutural nos campos de poder, persiste uma postura conservadora e uma visão tradicional, profundamente enraizada, segundo a qual o lugar da mulher é no trabalho doméstico, cuidando dos filhos - um trabalho invisível e não remunerado.

Os resultados permitiram inferir que Benedita Brasil foi uma mulher que não atuou somente como gestora no campo educacional, mas também no campo religioso, na comunidade em que estava inserida. Ela foi professora de Catequese e participou da implantação da primeira igreja e do primeiro telefone público do bairro Santíssimo, como exposto em suas narrativas. Atuou, ainda, na criação da Associação de Pais e Mestres - APAE, em 1978, da qual fazia parte da diretoria, na função de secretária, buscando a garantia de direitos dos alunos com deficiência.

Benedita foi referência enquanto gestora, como enfatizado nas falas dos entrevistados, sendo considerada uma mulher dedicada e que exerceu, com garra e muito brio, a função que lhe foi concedida, contribuindo significativamente para a educação santarena.

Reconhecemos, contudo, como limitação desta pesquisa, o fato de que apenas a protagonista mencionou um desafio em sua trajetória profissional, não havendo outros registros desse tipo nas falas dos interlocutores, o que restringe a análise às narrativas apresentadas, ainda que devidamente contextualizadas pela literatura

Apesar dessa limitação, os resultados alcançados permitem afirmar que a história profissional de Benedita Brasil pode servir de fonte para a História da Educação Santarena, tornando-se viável encorajar discussões tendo como mote as trajetórias profissionais, em especial de educadoras. Busca-se, pois, estimular outros pesquisadores a buscarem novos debates e realizarem mais publicações científicas referentes a essa temática, bem como ampliar

os debates sobre a importância de proporcionar visibilidade a pesquisas em História Oral, História de Vida e Trajetória Profissional.

O fim da escrita chega, porém, as memórias individuais e coletivas de Benedita Pereira Brasil (1940-2022) permanecerão eternizadas por meio deste artigo e de um videodocumentário, os quais contarão suas lutas e desafios não somente na educação profissional, mas em toda a sua trajetória como educadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S.; SEVERINO, A. J. Mulher e educação: a paixão pelo possível. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

AMORIM, T. Sinopse histórica do Baixo Amazonas e Tapajós. 1. ed. Belém [PA]: Paka-Tatu, 2022.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Vol. I: Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949].

BIROLI, F. Gênero e desigualdades. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1909-1919/D7566.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOI, I. C. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. História (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 196-213, ago./dez. 2011.

COLARES, A. A. Sociedade e educação em Santarém-PA: estudo do período em que o município foi área de Segurança Nacional (1969-1984). Campinas, SP, 1998.

COLARES, A. A. A história da educação em Santarém: das origens ao fim do regime militar (1661-1985). Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2005.

DEL PRIORE, M. (org.). História das mulheres no Brasil. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 2004.

FEDERICI, S. O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, W. D. Santarém: momentos históricos. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2015.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FREITAS, O. C. R. A feminização da educação e ocupação dos espaços de poder na escola: a força do discurso sexista e a atuação da mulher na gestão escolar. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://old.iesb.br/Cms_Data/Contents/Portal/Media/arquivos/A-feminiza-o-da-educa-o-e-ocupa-o-dos-espacos-de-poder-na-escola-a-for-a-do-discurso-sexista-e-a-atua-o-da-mulher-na-gest-o-escolar_13-Mundo-de-Mulheres-2.pdf. Acesso em: 3 fev. 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 7, n. 13, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/227>. Acesso em: 18 dez. 2021.

GIL, A. C. O projeto na pesquisa fenomenológica. *Anais IV SIPEQ*, 2010. Disponível em: <https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/44.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Santarém (PA). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 24 set. 2025.

KUENZER, A. Z. (org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LE GOFF, J. História e memória. São Paulo: EdUNICAMP, 1996.

LOBATO, A. M. L. A era da Escola Técnica Federal do Pará (1967-1979): a educação profissional em marcha. Belém: Novas Edições, 2015.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANFREDI, M. S. A educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTUSCELLI, D. E. (org.). Os Desafios do Feminismo Marxista na Atualidade. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva. 3. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2016.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, v. 23, n. 2, 2007.

NASCIMENTO, A. C. Resenha: O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista - Silvia Federici. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Curitiba, v. 37, n. 1, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cliio/article/download/74318/41667>. Acesso em: 24 set. 2025.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 9-28, dez. 1993.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, v. 1, n. 1, p. 135-148, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. de von (org.). *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1998. p. 14-43.

RAMOS, M. N. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROCHA, A. P.; MENDES, M. A. C. A institucionalização do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) no IFNMG. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, A. P. P. Entre discursos e fatos: gênero e gestão na rede federal. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, L. M. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 9, p. 514-538, 2017.

TAVARES, M. G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. IX ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

THOMPSON, E. P. Miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.